

O MINISTÉRIO DA CULTURA E SUAS ENTIDADES VINCULADAS: GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL

THE MINISTRY OF CULTURE AND ITS ENTITIES: MANAGEMENT AND PUBLIC CULTURE POLICIES IN BRAZIL

Danielly Dias Sandy¹ 

Adriano Stadler² 

Resumo: O presente estudo aborda a gestão e políticas públicas da cultura no Brasil, e objetiva apresentar a trajetória do Ministério da Cultura (MinC) e suas entidades vinculadas, até o seu fechamento em 01 de janeiro de 2019. Os dados foram levantados a partir de fontes secundárias, tanto das primeiras, quanto das mais difundidas ações dos governos para a promoção da cultura no país. Além do levantamento histórico, buscou-se identificar quais eram, e como atuavam as entidades vinculadas ao ministério. Utilizando-se de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental em fontes, tal levantamento propiciou a compreensão do organograma institucional, composto por autarquias, fundações, órgãos e secretarias, criados para atender às particularidades que refletem a pluralidade da produção artística e cultural no país. Os resultados demonstram a relevância da estrutura organizacional do MinC para a eficiência da gestão da cultura, visando atender às especificidades de fomento, preservação e produção cultural.

Palavras-Chave: Gestão Pública. Políticas Públicas. Cultura, Ministério da Cultura. Entidades Vinculadas.

Abstract: This study addresses the management and public policies of culture in Brazil, and aims to present the trajectory of the Ministry of Culture (MinC) and its related entities, until its closing on January 1, 2019. Data were collected from sources of the first and most widespread actions by governments to promote culture in the country. In addition to the historical survey, we sought to identify what were and how the entities linked to the ministry acted. Using a qualitative approach, through bibliographic and documentary research in sources, this survey provided an understanding of the institutional organization chart, composed of municipalities, foundations, organs and secretariats, created to meet the particularities that reflect the plurality of artistic and cultural production in the country. The results demonstrate the relevance of MinC's organizational structure to the efficiency of culture management, aiming at meeting the specificities of cultural promotion, preservation and production.

Keywords: Public Management. Public policy. Culture, Ministry of Culture. Linked Entities.

¹ Mestre em Museologia – UFBA; Especialista em Gestão Pública – IFPR – e-mail: daniellyds@yahoo.com.br

² Doutor em Administração e Turismo; Professor do IFPR. e-mail: adriano.stadler@ifpr.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior país do mundo, sua área territorial é constituída por 8.515.767,049 km² (CAMPOS, 2017). A população brasileira chega a 211,4 milhões de habitantes e sua cultura possui o impacto da diversidade dos povos que imigraram para o país. Naturalmente, uma nação com estas dimensões precisa de considerável diligência na organização governamental para atender a todas as suas demandas, devendo administrar os recursos da forma mais eficaz possível.

Em sua estrutura governamental, o Brasil conta com pastas ministeriais e secretarias como órgãos ligados ao Poder Executivo Federal. Cada pasta, responsável por um setor específico, encarrega-se de planejar e estabelecer diretrizes, elaborar e implementar as políticas públicas, além de acompanhar os programas federais de sua área de atuação. Dentre os ministérios, este trabalho destaca o Ministério da Cultura (MinC), criado na década de 1980 e extinto em alguns momentos desde a sua criação, inclusive no governo de Jair Bolsonaro, passando a ser Secretaria Especial da Cultura, a partir de 2019, e vinculado ao Ministério da Cidadania. Assim, recebeu o nome de Secretaria Especial da Cultura desde 1º de janeiro de 2019, pela Medida Provisória nº 870.

Mesmo que o Ministério da Cultura tenha como missão “promover o crescimento cultural, ampliar o acesso à cultura e fortalecer a economia criativa em todas as regiões do país, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil” (BRASIL, 2018), há governos que optam pelo seu fechamento, como dos presidentes Fernando Collor de Mello, em 1991, Michel Temer, em 2016, e Jair Bolsonaro, em 2019. Iniciativas desta natureza representam um ponto crítico para o setor que já trabalha com poucos recursos e que, embora tenha se desenvolvido no campo das políticas públicas nas últimas décadas, ainda necessita de maiores avanços. Destaca-se que “qualquer política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento” (IPHAN, 1985, p. 3).

O problema que motivou a elaboração deste artigo surgiu a partir do interesse em investigar de que forma o MinC teve sua estrutura organizada para assegurar o fomento e preservação da cultura no Brasil, anterior ao seu fechamento em 01 de janeiro de 2019. Esta pesquisa possui justificativa empírica, principalmente, pela ainda escassa produção de pesquisa na área. A partir desta questão, o objetivo foi identificar a gestão pública da cultura a partir dos órgãos e estrutura de gerenciamento do Ministério da Cultura realizando, assim, uma análise da história e um recorte das políticas públicas para a cultura.

2 DESENVOLVIMENTO

O tema políticas públicas é uma linha da ciência política e, de acordo com Lynn (*apud* GIANEZINI *et. al.*,1980), trata de um conjunto de ações de um governo que resultarão em efeitos distintos. Para Lopes e Amaral (2008, p.5), “políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade”, desta forma, abrangendo parte ações governamentais.

Além disso, as políticas públicas são criadas para atender às demandas das diferentes áreas que integram a sociedade. Não obstante, cada área necessita de uma agenda com políticas distintas que atuem diretamente em suas especificidades como, por exemplo, no caso da área da cultura em um país. Häberle (2000) em seu livro “Teoria da Constituição como Ciência da Cultura” defende que a concepção de cultura deve estar associada à transformação social e sempre de evolução de um estágio anterior, levando em conta o aspecto pluralista e aberto.

A partir de Häberle (2000) pode-se ter uma noção da profundidade da relação da cultura com o meio, ou seja, com a sociedade e tudo o que a move, governa, administra. Nesse sentido a cultura está intrinsecamente ligada à formação do indivíduo e, inclusive, como este se relaciona e reage socialmente. De acordo com Stuart Hall:

A cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. Não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural. (1997, p. 20)

Para Guarnieri (1990, p. 206), “o homem é o ser que se realiza criticamente, historicamente; ao realizar-se, ele constrói sua História e faz a sua Cultura”. Ainda, para a mesma autora:

A Cultura do Homem compreende suas ideias, valores, seu imaginário, sua criação intelectual ou intelectual e imaterial: a Cultura proporciona elementos objetivos e concretos, não apenas para a sobrevivência do Homem e sua realização histórica, mas é, também, e ao mesmo tempo, reflexo e instrumento para a mudança da qualidade do conjunto de relações sociais. (GUARNIERI, 1990, p. 207)

Assim, para que as políticas públicas culturais sejam efetivas precisam contemplar o complexo conjunto de saberes e fazeres do homem que pode ser manifesto em diferentes linguagens. Naturalmente, faz-se necessária a existência de políticas específicas para áreas distintas da própria cultura, como ocorre no Brasil que dispõe de órgãos públicos que integraram o Ministério da Cultura na atividade de fomento e preservação.

O Brasil é um país continental formado a partir de vários grupos e etnias, não obstante, sua cultura é híbrida ao mesmo tempo em que é bastante ampla, formando um profundo arcabouço de saberes e fazeres (SANDY, 2017, p. 25). Essa notável característica é reconhecida por Hall (2002, p. 62) quando afirma que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais”. Ainda no período do governo de Getúlio Vargas houve uma tentativa de se definir a identidade cultural do país embora formada por vários grupos e etnias. O período getulista também proporcionou bastante impacto na cultura do país ao implementar as primeiras políticas públicas oficiais para a área.

Embora inicialmente pareça complexa a diversidade cultural brasileira, é ela uma agente importante para o desenvolvimento e projeção do país e isso também em termos econômicos. Bourdieu (2013) escreveu sobre o capital simbólico, sendo a cultura um forte instrumento a serviço deste capital, ou

melhor, sendo ele mesmo. Bourdieu (2013) também discorre sobre o mercado de bens simbólicos o que nos remete à teoria do cientista político Joseph Nye (2004) sobre *soft power* (poder brando) a qual menciona a capacidade de um país de influenciar outros países por meio de sua cultura, seus valores, educação, poder de inspiração e atração, ou seja, a cultura como um capital. Em contraposição ao *soft Power* Nye aponta o *hard power* como poder bélico ou coercitivo (MARTINELLI, 2016, p. 66).

Destaca-se que a cultura é um ativo econômico cujo peso no país é bastante significativo, correspondendo a 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 1 milhão de empregos diretos e R\$ 2,5 bilhões em arrecadação de impostos. “Entre 2005 e 2015, as exportações de serviços culturais passaram de US\$ 15,4 trilhões para US\$ 33,8 trilhões. No mesmo período, as exportações de bens culturais foram de US\$ 118 trilhões para US\$ 191 trilhões” (MINC, 2018). Tais números são suficientes para supor que a cultura brasileira tenha condições de assumir o conceito de *soft power* desenvolvido por Nye.

2.1 METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como um estudo de caso (YIN, 2005) do Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas, abordando a gestão da cultura no Brasil e suas principais políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, a qual se utilizou, num primeiro momento do método bibliográfico e, na sequência da estratégia documental, utilizando fontes secundárias, físicas e virtuais (MARCONI *et. al.*, 2003).

A coleta dos dados que subsidiaram esta análise é oriunda do sítio de internet do SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que é uma plataforma virtual disponibilizada pelo MinC, na qual podem ser observados os mapas culturais com possibilidade de exploração dos agentes de cultura no país, dos espaços e dos projetos. Também foram utilizadas outras fontes secundárias como artigos, entrevistas e reportagens sobre o tema disponíveis em sítios de internet.

Assim, o objeto de estudo analisado, foi a estrutura organizacional do Ministério da Cultura com suas entidades, secretarias, órgãos e escritórios vinculados para compreender como foi realizada a gestão da cultura no país em um momento de alta produção deste ministério. A partir dos dados levantados foi possível realizar uma análise descritiva e interpretativa, considerando as sete entidades vinculadas ao MinC.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DA CULTURA NO BRASIL - ANÁLISE HISTÓRICA

Para a preservação dos bens culturais já produzidos no Brasil, assim como para a continuidade da produção, são necessárias políticas que atendam às necessidades desta área. Desde a era Vargas até então, foram vários os acontecimentos que marcaram a Cultura no país, mas somente em 1984, a partir do Decreto nº 91.144/1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), como um órgão da administração pública federal direta.

A criação do MinC ocorreu no governo de José Sarney, assim como, a Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986, a qual foi a primeira Lei de Incentivo à Cultura no Brasil e ficou conhecida como Lei Sarney. Rubim (2007) observa o caráter tardio das políticas públicas para a cultura no Brasil em relação às políticas públicas para a área em outros países. Aqui percebe-se uma história fortemente permeada por decisões retrógradas e ações limitadoras que interferem diretamente no desenvolvimento da cultura e, portanto, necessitam ser aperfeiçoadas (2007).

No governo seguinte, com Fernando Collor, o MinC passou a ser uma Secretaria da Cultura ligada diretamente ao governo federal, sem grande representatividade considerando que nesta época o envolvimento do governo federal com a cultura foi praticamente nulo (CALABRE, 2007:94). Ainda durante o governo de Collor, foi criada a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida por Lei Rouanet, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), o qual visa “estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e

promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.” (BRASIL, 1991).

A partir do PRONAC foram criados instrumentos de fomento como o Fundo Nacional da Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal, também é chamado de Mecenato ou Renúncia Fiscal, e o FICART, que ainda não foi implementado e cuja sigla significa Fundos de Investimento Cultural e Artístico. De acordo com o Art. 5º da Lei Rouanet, o FNC é “um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento” e se constitui a partir de recursos do Tesouro Nacional, doações nos termos da lei vigente, legados e outros (BRASIL, 1991).

Figura 1 – Exemplo de funcionamento da Lei nº 8.313 e seus instrumentos instituídos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Após o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, quem assumiu a presidência da República, até 1994, foi seu vice Itamar Franco que reconheceu a importância de recriar o MinC. Calabre (2007:95) menciona que no governo de Itamar Franco teve “início o processo de uma nova política, mais voltada para as leis de mercado, na qual o Ministério tinha cada vez menos poder de interferência”. No mandato seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), com Francisco Weffort à frente do MinC, a Lei Rouanet foi reformulada, favorecendo ainda mais a iniciativa privada em detrimento do Estado, e da própria cultura, o que gerou e ainda gera muitas críticas por ser considerada uma contradição. Sobre isso, Porto (2007) argumenta que:

Surge, com esses novos atores, a mentalidade distorcida de que o investimento em cultura se sustenta como “ação preferencial de comunicação e marketing” bem distante da ideia da cultura como via de desenvolvimento ou instrumento para a democracia. (PORTO, 2007, p. 161)

Em 1999 houve um aumento dos recursos destinados ao MinC, que contou com uma reorganização a partir da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.” (BRASIL, 1998). Pilão (2017) reconhece a relação bastante próxima entre as produções culturais e o mercado, dando ênfase no aumento da mercantilização da cultura no Brasil entre os anos de 2003 a 2013 ao analisar as empresas patrocinadoras que se beneficiam da Lei Rouanet agregando valor à sua marca.

Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, o MinC foi reestruturado e deu saltos no campo das políticas públicas culturais inclusive com algumas ações descentralizadoras que têm como objetivo a alternativa de valorização das culturas locais, conforme pode ser verificado no Plano Nacional de Cultura (PNC). O governo subsequente, de Dilma Rousseff, basicamente buscou dar continuidade aos projetos das políticas públicas culturais do governo anterior, porém já com algumas reduções no orçamento.

Em meio às políticas públicas para a cultura no Brasil, foi implementado no ano de 2010 o Plano Nacional de Cultura (PNC), “inserido na Constituição Federal através da Emenda Constitucional n. 48, aprovada em 10 de agosto de 2005, após a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 306” (VARELLA, 2014:96). Tal Plano, regulamentado pela Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010, estabelece uma visão muito mais abrangente a qual concebe a cultura além das artes já consolidadas, demonstrando notória dedicação ao reconhecimento de outras áreas como a antropologia, história e sociologia no arcabouço cultural. Dessa forma, esteve disponível no site do Ministério da Cultura a abrangência do PNC no tocante ao aumento das possibilidades para seu respectivo setor no país, pois:

O Plano Nacional de Cultura tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à

proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. (MINC, 2010, s. p.)

No entanto, o Brasil ainda passa por uma crise política e econômica em que o cenário para a cultura demonstra-se incerto. A falta de continuidade nas propostas do PNC foi evidente, condição que pode ser verificada a partir de consideráveis reduções no orçamento do Ministério da Cultura desde 2013, resultando no fechamento de muitos dos Pontos de Cultura distribuídos pelo Brasil. Além disso, há outras políticas aguardando sua implementação para efetivas melhorias no setor, tendo em vista maior equidade entre os projetos propostos e suas regiões. A exemplo disso destaca-se o Projeto de Lei do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura) que foi aprovado na Câmara dos Deputados, ainda em 2010, mas aguarda apreciação no Senado desde então.

Após o *impeachment* que afastou Dilma Rousseff da presidência, Michel Temer tomou como uma das suas primeiras ações, o fechamento do Ministério da Cultura pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. A intenção deste presidente era tornar novamente o MinC uma Secretaria ligada ao Ministério da Educação. Todavia, houve a indignação da sociedade que se manifestou de maneira intensa, em especial a classe artística, contra a Medida Provisória fazendo com que o governo recuasse em sua decisão. Com Temer na presidência, houve três nomeações para o gerenciamento do Ministério da Cultura (Marcelo Calero, Roberto Freire e Sérgio Sá Leitão), assim como ocorreu com Rousseff ainda em seu primeiro mandato (Ana de Hollanda, Marta Suplicy e Juca Ferreira)

Entre os ministérios brasileiros, o Ministério da Cultura está entre os que recebem as menores verbas e, ainda assim, tem sofrido consideradas reduções nos últimos anos. Em 2015, o MinC contou com 3,3 bilhões de reais, e em 2016, a verba disponibilizada foi de 2,4 bilhões de reais, enquanto, neste ano de 2016, os recursos disponibilizados para a Educação foram de 99,7 bilhões de reais. Obviamente não há motivos para tal comparação,

considerando inclusive que o orçamento para a pasta da Educação ainda está distante do necessário.

De acordo com Raquel Coser, colunista da Folha de São Paulo em matéria publicada neste jornal em 2015, há uma reivindicação histórica feita pelo setor da Cultura para a obtenção de mais recursos. Tais recursos parecem ter sido substancialmente aumentados durante os mandatos do ex-presidente Lula, todavia, Coser evidencia que as verbas durante este governo na realidade não saíram do papel. A colunista tem como base de análise o Orçamento do MinC para o ano de 2009, comparando o que foi gasto em outros anos anteriores. Tal reivindicação de maior orçamento permanece e representa para muitos uma luta expressiva e simbólica.

Em 2018, os seis últimos ministros da Cultura do Brasil deram entrevista, à Revista Virtual Select, intitulada “Quais as maiores realizações e frustrações dos ministros da Cultura?”. Marcelo Calero, ministro nomeado por Temer em 2016, destacou sua preocupação com a gestão de pessoas do Ministério evidenciando como sua maior realização:

[...] no contexto da reorganização da estrutura do ministério que fizemos nos dois primeiros meses de gestão, criamos o Programa de Valorização dos Servidores de Carreira. Por meio desse programa, mais de 40 servidores de carreira do Ministério da Cultura foram selecionados para ocupar cargos de liderança na estrutura do MinC. O processo contemplou a análise de currículos e entrevistas, e foi capaz de identificar muitos talentos até então pouco aproveitados. O programa foi único na Esplanada e alguns ministérios chegaram a pedir o modelo que usamos, embora eu não tenha notícia de que ele tenha sido efetivamente aplicado. Combatemos com isso o aparelhamento político da pasta e demos valor a servidores que prestaram concurso para estar ali. (CALERO, 2018, s/p.)

Contudo, a construção da gestão da cultura no Brasil se deu por décadas e contou com uma estrutura gerencial que buscou atender às demandas de fomento e preservação da área no país. Em vários momentos a estrutura hierárquica do Ministério da Cultura foi modificada ao longo dos anos após a sua instituição, além de receber órgãos já existentes ligados ao governo federal também fundou outros órgãos para que viessem a se responsabilizar por determinado setor e, assim, cobrir as lacunas encontradas. Para Calabre

(2007) é evidente a forte descontinuidade nas políticas públicas para a cultura no país.

Quadro 1. Recorte apresentando as principais políticas públicas para a cultura desde a criação do MinC, em 1985.

Data	Acontecimento
1985	Criação do Ministério da Cultura (MinC) a partir do Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985
1986	Criação da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney e primeira lei de incentivo à cultura no Brasil, permitindo o abatimento de imposto de renda, doações, patrocínios e investimentos em cultura.
1991	Criada, a partir da Lei Sarney, a Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC.
1998	Ampliação dos recursos e reorganização da estrutura do Ministério da Cultura a partir da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Criação do <i>slogan</i> e lançamento da cartilha "Cultura é um bom negócio".
2003	Reformulação ministerial a partir da aprovação do Decreto nº 4.805, 12 de agosto de 2003, promovendo a criação de secretarias como a Secretaria de Políticas Culturais (SPC).
2009	Criação do órgão gestor da Política Nacional de Museus, IbraM, a partir da Lei nº 11.906, em 20 de janeiro de 2009 .
2010	Criação do Plano Nacional de Cultura – PNC a partir da Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010, além da criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.
2014	Criação da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 que institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Desde o início do Ministério da Cultura observa-se a tentativa de fazer com que o país avance nesta área, e isso pode ser mais evidente em alguns governos do que outros. De qualquer forma, todos os governos têm um papel fundamental na atividade da gestão cultural do país e negligenciar questões relacionadas à cultura, apenas contribui para o retrocesso em detrimento de uma economia mais sustentável e população desenvolvida.

A partir da linha do tempo apresentada, é inserida a lei de incentivo à cultura como um grande avanço para o direcionamento de recursos à projetos culturais, todavia, ainda não é o que se acredita ser o ideal.

As reformulações ministeriais sempre ocorrem com a troca de governos e nem sempre representam um avanço em termos de melhorias, podendo trazer cortes em projetos implementados para médios e longos prazos, como foi o Plano Nacional de Cultura, dentre outros.

Quadro 2. Apresentação dos governos, desde a criação do MinC em 1985, com seus respectivos ministros da pasta e suas principais políticas públicas e programas.

Presidente	Mandato	Ministros da Cultura	Principais políticas públicas, ações e ou programas
José Sarney	21 de abril de 1985 a 15 de março de 1990	José Aparecido de Oliveira Aluísio Pimenta Celso Furtado Hugo Napoleão do Rego Neto José Aparecido de Oliveira	Criação do Ministério da Cultura, em 1985, também inspirado nas ideias de Jack Lang, na França Criação da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney Primeiros fóruns e eventos de âmbito nacional organizados com o intuito de discutir as políticas públicas para a cultura A inserção da cultura na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216
Fernando Collor	15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992	Ipojuca Pontes Sérgio Paulo Rouanet	Instituição da Secretaria da Cultura para justificar o fechamento do MinC Criação da Lei do Audiovisual, nº 8.401, de 08 de janeiro de 1992 para justificar a extinção da Embrafilme Criação da Lei Rouanet Implantação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) Implantação do Fundo Nacional de Cultura Implantação do Fundo Nacional de Cultura e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart)
Itamar Franco	29 de dezembro de 1992 – 1 de janeiro de 1995	Antônio Houaiss Jerônimo Moscardo Luiz Roberto Nascimento Silva	Reabertura do Ministério da Cultura Criação da segunda Lei do Audiovisual
Fernando Henrique Cardoso	1 de janeiro de 1995 – 1 de janeiro de 2003	Francisco Weffort	Criação do Programa Monumenta, em 1995, para preservação do patrimônio material imóvel e monumentos urbanos Maiores investimentos na pasta da Cultura Criação da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) Criação do Programa Uma Biblioteca em Cada Município promovendo a abertura e revitalização das bibliotecas públicas em todo o país Incentivo à Economia da Cultura

			Lançamento da Cartilha Cultura é um Bom Negócio com a intenção de movimentar a cultura com shows, grandes eventos, exposições, etc
Luiz Inácio Lula da Silva	1 de janeiro de 2003 – 1 de janeiro de 2011	Gilberto Gil Juca Ferreira	Mapeamento do Campo da Economia da Cultura no país Criação do Programa A Imaginação a serviço do Brasil, garantindo que questões relacionadas à cultura adentrassem à pauta do governo federal Reconhecimento das diferentes linguagens dos diferentes grupos como manifestações culturais Criação do Plano da Salvaguarda, ligado ao IPHAN Implantação do Plano Nacional de Cultura Criação do Programa Pontos de Cultura Criação do Programa Cultura Livre Criação do IbraM
Dilma Rousseff	1 de janeiro de 2011 – 31 de agosto de 2016	Ana de Hollanda Marta Suplicy Ana Cristina Wanzeler Juca Ferreira	Criação do Vale Cultura Criação da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, conhecida como lei da meia entrada Criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) Implantação do Programa Cultura Viva
Michel Temer	31 de agosto de 2016 – 31 de dezembro de 2018	Marcelo Calero Roberto Freire João Batista de Andrade Sérgio Sá Leitão	Criação do Programa de Valorização dos Servidores de Carreira Criação de Instrução Normativa da Lei Rouanet com o intuito de ampliar os mecanismos de fiscalização e controle dos recursos

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Conforme quadro 2, o qual apresenta apenas alguns exemplos de políticas públicas, ações e programas nos diferentes governos desde a criação do MinC, é possível verificar a descontinuidade de algumas propostas com exceção de outras. A exemplo disso, o Programa Monumenta, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, com acordo de cooperação técnica com a UNESCO e recebimento de recursos do BID com os objetivos de:

- a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;
- b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;
- c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação. (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 6).

Assim, no governo seguinte foram realizadas algumas modificações no Programa Monumenta, como o contrato de financiamento lavrado entre o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal e a alteração de seu título

para Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas a sua estrutura e objetivos permaneceram bastante semelhantes.

2.3 COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Conforme mencionado, para cada gestão de governo o MinC tem sofrido várias mudanças em sua estrutura desde a sua criação. Em seguida, analisaremos o último Organograma do Ministério da Cultura, o qual foi definido logo após a assinatura da Lei nº 11.906, em 20 de janeiro de 2009, que, além de responsável pela criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), cria mais “425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”, conforme o disposto. Este mesmo Organograma esteve em vigor durante os anos de 2014 a 2016, embora tenha havido algumas mudanças sob a gestão de Calero.

Figura 2. Organograma do Ministério da Cultura do Brasil



Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/organograma>

A partir de então, foi observado na estrutura do MinC as autarquias e fundações que configuram suas entidades e, ainda, suas secretarias, órgãos colegiados e superintendências. Cada uma das sete entidades foi criada em momentos distintos, algumas delas antes mesmo do ano de criação do Ministério da Cultura, em 1985, e que, posteriormente a esta data, passaram a integrar a sua estrutura. Cada uma das sete entidades é responsável por um setor específico da cultura no país e possui um orçamento distinto, sendo elas:

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); é a autarquia responsável pela preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. O IPHAN abrange, além do patrimônio material, o patrimônio imaterial formado pelas expressões e manifestações diversas da cultura brasileira. Ademais, o IPHAN protege documentos, imagens, edificações diversas, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos e outros. Foi criado em 1934, inicialmente com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) é outra autarquia, foi criada em 2001 e tem como objetivo institucional atuar como reguladora nas atividades cinematográficas e videofonográficas no Brasil, fomentando a indústria brasileira do cinema, tornando-a competitiva e autossustentável. Além disso, a ANCINE fomenta o investimento privado e a cadeia produtiva do setor, almejando que filmes de pequenos produtores também sejam produzidos e divulgados para o maior número possível de brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBraM) também é uma autarquia e foi criada com a finalidade de promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico e assim, contribuir para o manutenção dos museus brasileiros. O IBraM, criado em 2009, atua de maneira intensa no fomento da preservação, pesquisa e gestão do patrimônio musealizado no país. Além disso, baseia-se principalmente na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus com o intuito de garantir o adequado desenvolvimento museológico no país.

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) tem como missão a promoção da pesquisa sobre a memória e produção literária e humanística brasileira, políticas públicas culturais incentivando pesquisas e debates sobre o tema por meio de bolsas e eventos como congressos internacionais onde as pesquisas são divulgadas em seu campo de atuação como retorno do fomento por meio de bolsas de estudos. Sua origem data em 1928 com o museu e biblioteca da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada em 1988, tem como finalidade promover e preservar a cultura afro-brasileira por meio de pesquisa, demonstrando uma preocupação com a igualdade racial a partir da necessidade de valorizar as manifestações culturais diversas de matriz africana. Essa fundação implanta políticas públicas que potencializam a participação de população negra brasileira nos processos de desenvolvimento cultural no país.

A Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), criada em 1975, é o órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo, tendo como principal objetivo incentivar a produção artística nacional, além de proporcionar possibilidade de capacitações aos artistas. Além disso, a FUNARTE também atua na formação de público para as artes no Brasil.

Por fim, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) que é a maior biblioteca da América Latina e uma das maiores do mundo, existente desde 1808. Dispõe de acervo físico composto por livros, periódicos, manuscritos, mapas e fotografias que, inclusive podem ser consultados virtualmente. Ademais, desde 1978 esta fundação tem responsabilidade sobre o gerenciamento técnico da Agência Brasileira do *International Standard Book Number* – ISBN – por meio de um sistema numérico que identifica os livros de acordo com o título, autor, editora, edição, país, etc.

Ao observar as autarquias, foi identificado que somente o IPHAN possui 27 superintendências, 27 escritórios técnicos e 4 unidades especiais correspondendo a uma superintendência e um escritório em cada estado brasileiro na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. A ANCINE

possui 2 escritórios regionais. E o IBraM, é responsável pela administração direta de 30 museus e mais 2 escritórios regionais.

Quanto às fundações, a Fundação Casa de Rui Barbosa possui 1 museu enquanto a Fundação Cultural Palmares possui 6 representações regionais e a Fundação Nacional de Artes 2 representações regionais, o Teatro Glauber Rocha, a Casa de Paschoal Carlos Magno – Teatro Duse, o Teatro Cacilda Becker, o Centro Técnico das Artes Cênicas e a Escola Nacional de Circo. E a Fundação Biblioteca Nacional, por sua vez, possui 2 espaços – Biblioteca Euclides da Cunha e a Casa da Leitura.

As entidades vinculadas ao MinC também apresentam plataformas correlatas com o intuito de fiscalizar o setor e, ao mesmo tempo, tornar o emprego de seu orçamento transparente à sociedade, conforme exigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Além disso, na estrutura apresentada foram ainda observados os órgãos colegiados e mais sete secretarias.

Assim, destaca-se, em relação ao MinC, que parte de suas entidades vinculadas surgiu antes mesmo de sua criação no ano de 1985. Até então, este Ministério atuou apenas como uma Secretaria agregada ao Ministério da Educação (MEC). Mas foi a partir do reconhecimento da Cultura como uma pasta ministerial no Brasil que as autarquias e fundações já existentes foram vinculadas.

Quadro 3. Entidades vinculadas ao MinC e seus respectivos objetivos.

Órgão	Pessoa Jurídica	Objetivo
IPHAN (1934)	Autarquia	“Proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.” (IPHAN, 2014, s/p.)
ANCINE (2001)	Autarquia	“Tem por objetivo institucional o fomento, a regulação e a fiscalização das atividades cinematográficas e videofonográficas, de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002, e pelas políticas e diretrizes emanadas do Conselho Superior do Cinema. (ANCINE, 2014, s/p.)

IBRAM (2009)	Autarquia	Melhorar os serviços do setor aumentando a visitação e arrecadação dos museus, fomentando políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. (IBRAM, 2019).
FCRB (1928)	Fundação	Desenvolver a cultura, da pesquisa e do ensino, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa. (Lei 4.693 de 06-04-1966) “Desta forma, a instituição pode contribuir para o conhecimento de diversidade cultural e para o fortalecimento da cidadania, assegurando a implementação das demais políticas do Ministério da Cidadania.” (FCRB, 2019).
FCP (1988)	Fundação	“Promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.” FCP, 2019, s/p.)
FUNARTE (1975)	Fundação	“Promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. É responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva artística brasileiras; e atua para que a população possa cada vez mais usufruir das artes.” (FUNARTE, 2019, s/p.)
FBN (1808)	Fundação	“Executar a política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País.” (FBN, 2019, s/p.)

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Assim, verificou-se de maneira contundente a missão destas entidades no trabalho de fomento e preservação da cultura brasileira. Além disso, há uma clara relação do propósito das entidades vinculadas com a concepção de cultura de Häberle (2000) a qual deve estar relacionada às transformações culturais. Häberle (2000) compreende que para que haja transformações no âmbito social, a cultura precisa institucionaliza-se, organiza-se de maneira a atender as necessidades vigentes para sua autopreservação.

Sobretudo, todas estas entidades vinculadas exercem forte influência na economia da cultura, com suas políticas públicas, programas e ações, tornando o Brasil um país com todas as condições necessárias para consolida-se culturalmente e chegar em algum momento a realizar a exportação de seu *soft power* (NYE, 2004).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo realizar uma análise histórica da construção da gestão da cultura no país considerando algumas das principais políticas públicas para a área desde a criação do Ministério da Cultura. Assim ao seu término constatou-se que foram alcançados os objetivos de identificar a gestão pública da cultura no Brasil a partir dos órgãos e estrutura de gerenciamento do MinC.

Conclui-se que a cultura tem sido pensada e trabalhada no país desde a década de 1930, embora, em alguns momentos, pareça ter sido desacreditada por alguns. Concomitantemente, uma parcela da população parece ter cada vez mais a consciência de lutar pelos direitos adquiridos nos últimos anos como pode ser notado na reação de parte da população mediante o fechamento do Ministério da Cultura em 2016, mas grande silêncio em 2019. Talvez a consciência acerca da luta pela valorização da cultura hoje extrapole as dimensões de um ministério, ou então a semente de um despertar cultural mais forte venha a germinar em outro momento.

Dentre os resultados da pesquisa, observou-se com este texto que a divisão da estrutura do Ministério da Cultura em setores serviu principalmente para atender às necessidades mais proeminentes do país na governança dos assuntos culturais. Além do hibridismo o país ainda tem ampla produção cultural abarcando várias linguagens das diferentes áreas como o patrimônio histórico e artístico cultural, o cinema, as artes visuais, a dança, o teatro, o circo e a música, o patrimônio musealizado e suas instituições de guarda, a cultura afro-brasileira, a pesquisa no âmbito das políticas culturais e mais. Contudo, os resultados desta pesquisa possibilitaram, a partir de análise, a verificação de que as entidades vinculadas ao Ministério da Cultura exerceram importante papel na sociedade.

Assim sendo, foi analisada a divisão hierárquica do MinC posto que este órgão sem suas subdivisões provavelmente não teria a mesma força para lutar

por políticas públicas tão específicas e de fomento para cada setor. Tal solução já demonstra ser um modelo estratégico de gestão cultural e gestão de pessoas, agentes culturais, porque dá margem à elaboração de novos projetos e fortes meios de incentivo e fomento. Mesmo assim, resta a dúvida se as políticas atuais são suficientes ou não para atender as necessidades de cada setor, considerando as dimensões do país e seu hibridismo cultural.

Dentre os pesquisadores das políticas públicas para cultura no país, destacam-se principalmente Lia Calabre, Antônio Rubin, Alexandre Barbalho, Marta Porto, Isaura Botelho e outros, o presente artigo buscou inspirar-se nesta busca por mais pesquisas e análises acerca da área da cultura. Assim, foi respondida a pergunta desta pesquisa a qual questionava de que forma o MinC teve sua estrutura organizada para assegurar o fomento e preservação da cultura no Brasil, anterior ao seu fechamento em 01 de janeiro de 2019. Isso porque foi possível ter acesso ao último organograma que mostra como se organizava a estrutura gerencial do MinC, permitindo que as entidades vinculadas fossem analisadas juntamente com os seus respectivos objetivos.

Contudo, dentre as limitações deste estudo encontra-se a necessidade de levantamento das políticas públicas para cultura com seus respectivos resultados na sociedade, o que demandaria maior aprofundamento e análise e por isso a necessidade de maior direcionamento, com temas mais delimitados, para futuras pesquisas. Desta forma, sugere-se que estudos posteriores, sejam realizados voltados às particularidades das ações de cada uma das sete entidades vinculadas ao MinC comparando os investimentos em políticas públicas com os resultados globais e retorno à sociedade. Além disso, cada uma das autarquias e ou fundações representa um amplo terreno para pesquisa ao considerarmos cada um de seus aspectos, o que também ocorre em relação às políticas públicas para cultura.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE). Sítio de Internet. Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE). Resolução de Diretoria Colegiada nº 59, de 2 de abril de 2014. Disponível em: <<https://ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-diretoria-colegiada/RDC%2059%20e%20ANEXO%20-%20REVIS%C3%83O%2007.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson (Coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. Série Políticas Públicas.

BARCELOS, Gabriela Loureiro. **Era Vargas: a cultura popular e a legitimação da identidade nacional**. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2017, p. 405-419. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/18056-50857-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8313cons.htm>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649cons.htm>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 01 mar. 2019.

_____. Plano de Diretrizes e Metas do Ministério da Cultura, Portaria nº 119, de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56785065/do1-2018-12-26-portaria-n-119-de-20-de-dezembro-de-2018-56784766>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. **Orçamento da União: Exercício Financeiro 2015**. Vol. IV, Tomo II. Brasília, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/PLOA_2015_Volume_IV_tomo_II%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/PLOA_2015_Volume_IV_tomo_II%20(1).pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Orçamento da União: Exercício Financeiro 2016**. Vol. IV, Tomo II. Brasília, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/PLOA_2016_Volume_IV_Tomo_II.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Orçamento da União: Exercício Financeiro 2017. Vol. IV, Tomo II.** Brasília, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/PLQA_2017_Volume%20IV_Tomo%20II.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultura e a preservação.** São Paulo. 1990. In BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010, p. 203-210.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** In RUBIM, Antônio Albino Canelas, BARBALHO, Alexandre (orgs.). Políticas Culturais no Brasil. Coleção Cult nº 2. Salvador: Edufba, 2007, p. 87-107.

CAMPOS, Ana Cristina. Agência Brasil. **Portal do IBGE traz dados sobre uso da terra em cada quilômetro quadrado do país.** Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/portal-do-ibge-traz-dados-sobre-uso-da-terra-em-cada-quilometro-quadrado-do>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COZER, Raquel. Orçamento dobrou desde 2009, mas gastos da Cultura estão estagnados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2015. Ilustrada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1636662-gastos-do-ministerio-da-cultura-estao-estagnados-ha-cinco-anos.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CULTURA E MERCADO. Sítio de Internet. TORRES, Daniele. **MinCornot MinC? Eis a questão.** Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/site/destaque/minc-minc-eis-questao/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

DALLARI, D. de A. Elementos de teoria geral do Estado. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB). Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE). Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

Kelly Gianezini. POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI. 2017. Revista de Políticas Pú

blicas, v. 21, n. 2. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Sítio de Internet. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: DPeA, 2012.

_____. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, nº 2, jul./dez, 1997.

HÄBERLE, Peter. **Teoría de La Constitución como Ciencia de la Cultura**. Madri: Tecnos, 2000.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *Excelência em Gestão Pública*. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINELLI, Caio Barbosa. **O Jogo Tridimensional**: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. *Conjuntura Global*, vol. 5 n. 1, jan./abr., 2016, p. 65-80.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). Sítio de Internet. **Entidades Vinculadas**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/organograma>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

_____. **Entidades Vinculadas**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. **MinC lança manual de exportação de bens e serviços culturais**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/banner-1/-/asset_publisher/G5fqgiDe7rqz/content/minc-lanca-manual-de-exportacao-de-bens-e-servicos-culturais/10883>. Acesso em: 30 dez. 2018.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means To Success In World Politics**. New York: PublicAffairs. 2004.

PILÃO, Valéria. **As diferentes formas de inserção da cultura no processo de acumulação de capital**: particularidade brasileira. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

PORTO, Marta. Cultura para política cultural. *In*: RUBIM, Albino, *et al* (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. 2º Ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

PROGRAMA MONUMENTA. **Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2005. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec3_SitiosHistoricos_m.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SELECT. **Quais as maiores realizações e frustrações dos ministros da Cultura?** Revista Virtual, 2018. Disponível em: <<https://www.select.art.br/quais-as-maiores-realizacoes-e-frustracoes-dos-ministros-da-cultura/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios.** In RUBIN, Antônio Albino Canelas, BARBALHO, Alexandre (orgs.). Políticas Culturais no Brasil. Coleção Cult nº 2. Salvador: Edufba, 2007, p. 02-36.

SANDY, Danielly Dias. **Políticas públicas para museus brasileiros: gestão e sustentabilidade.** Dissertação de Mestrado em Museologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2017.

SENADO FEDERAL. Sítio de Internet. **42000 – Ministério da Cultura.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/loa/2016/elaboracao/projeto-de-lei/proposta-do-poder-executivo/projeto-de-lei/volume-iv-tomo-ii-detalhamento-das-acoes-orgaos-do-poder-executivo-presidencia-da-republica-e-ministerios-exceto-mec/orgaos-do-poder-executivo/42000-ministerio-da-cultura/view>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SNIIC. **Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.** Sítio de Internet. Disponível em: <<http://sniic.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

VARELLA, Guilherme. **Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

YIN. Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

Edição especial – GESTÃO PÚBLICA – IFPR

Enviado em: 01 abr. 2020

Aceito em: 01 abr. 2020

Editor responsável: Adriano Stadler